



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 42 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 29 de junho de 2021.

Recursos nº: 003473-21-02, 003476-21-65, 003477-21-13, 003478-21-71, 003480-21-88 e 003481-21-36

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Educação - SMED

Relator: Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - PROCEMPA

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de uma série de solicitações de informações relativas ao “Diagnóstico Situacional da Rede Municipal de Educação”, material elaborado pela Secretaria Municipal de Educação - SMED. Todos os pedidos foram apresentados, inicialmente, em 09 de fevereiro de 2021.

Tendo por base o documento acima mencionado, o solicitante pede: i) que seja discriminado quantos funcionários e estagiários integram as escolas municipais e a SMED; ii) “[...] *que sejam informados quais são os cargos/funções dos “funcionários”, bem como o quantitativo de cada cargo/função (e cada unidade de ensino), e quais são as atribuições dos estagiários, especificando o nível (se médio, se superior) e as funções de cada estagiário. No caso dos estagiários que realizam seus estágios nas Escolas Municipais, solicita-se que sejam informadas quais são as suas atribuições e qual tipo de estágio realizam (se nas salas de integração e recursos, por exemplo)*” (doc. 13665438); iii) detalhamento quanto às estratégias que a atual administração está adotando em relação às taxas de aprovação; iv) detalhamento das estratégias que a atual administração está adotando para aumentar o número de matrículas nos anos finais, bem como das causas da diminuição das matrículas nos anos finais no período compreendido entre 2016 a 2020; v) detalhamento das estratégias que a atual administração está adotando para melhorar a taxa de aprovação nos anos finais; vi) detalhamento de informações sobre a conectividade por rede sem fio nas escolas municipais, bem como fornecimento de dados de pesquisa apresentada no “Diagnóstico Situacional da Rede Municipal de Educação”; vi) acesso ao chamado “Plano de Gestão”.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A SMED, inicialmente, afirmou que não poderia atender aos pedidos. Disse que as solicitações demandariam trabalhos adicionais.

1.3 Razões do recorrente

Em sua argumentação, o Requerente alega que o Decreto Municipal nº 19.990 de 2018 “[...]”

isenta de ser atendido pedido de acesso à informação "que não seja de competência do órgão ou entidade". Ou seja, não é porque eventualmente a informação solicitada ainda não esteja sistematizada pelo órgão ou entidade da Administração Municipal que o poder público municipal esteja desobrigado a fornecer a informação ao cidadão."

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto no dia 29 de março de 2021, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada pela SMED, o que se deu, também, no dia 29 de março de 2021. Dessa forma, é tempestivo e o Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

Embora a SMED tenha, de início, afirmado que não poderia atender aos pedidos com o argumento de que as solicitações demandariam trabalhos adicionais, cabe esclarecer que, após a interposição dos recursos, todos os pedidos foram espontaneamente atendidos. Nessa direção, as solicitações foram atendidas nos docs. 13915245, 13933003, 13897072, 13924603, 14249888 e, por fim, 14261210.

Dessa forma, entendo que procede o recurso interposto.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso e disponibilizar os documentos juntados ao Recorrente.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito - **GP**

Recurso CMRI nºs 003473-21-02, 003476-21-65, 003477-21-13, 003478-21-71, 003480-21-88 e 003481-21-36



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 29/06/2021, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 14:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 29/06/2021, às 15:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 05/07/2021, às 12:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14588672** e o código CRC **D16D8888**.